

## ATA DE REUNIÃO

Às nove horas da manhã do dia quinze de outubro de dois mil e quatorze foi realizada a sexagésima primeira reunião dos Intervenientes no Comércio Exterior do Complexo Portuário de Itajaí, no auditório PolyTerminais em Itajai/SC, com a participação da Inspetora-Adjunta da Alfândega da RFB do Porto de Itajaí, Sra. Geovana da Silva da Cunha; do Diretor do recinto PolyTerminais. Sr. Julio Boticelli; do representante do Posto do Vale do Itajaí da ANVISA Sr. Marcos Fernando G. da Silva, dos Representantes do MAPA, Sr. Edmardo Raymundo de Souza e o Sr. Fabio Saraceni de Almeida, do representante da Secretaria da Fazenda do Estado, Sr. Carlos Antonio Quaresma, do representante do Banco do Brasil, Sr. Paulo Ricardo M. Fraga e Representantes do SINDAESC, SINDASC, dos Recintos Multilog, Braskarne, Infraero, Portonave, APM Terminals, Teporti, Poly Terminais e Itazem, também Despachantes Aduaneiros e demais interessados. A Sra. Geovana da Silva da Cunha iniciou a reunião dando boas vindas a todos, apresentando os representantes da mesa, ficando assim constituída: Mapa – Sr. Edmardo R. da Silva, Banco do Brasil: Sr. Paulo Ricardo M. Fraga, Anvisa: Sr. Marcos Fernando G. da Silva, PolyTerminais: Sr. Julio Boticelli, Mapa: Sr. Fábio Saraceni de Almeida, SEFAZ, Sr. Carlos Antonio Quaresma. Em seguida passou a palavra ao Sr. Julio Boticelli, que na condição de anfitrião disse que é sempre uma grande satisfação recebê-los, agradeceu a presença de todos e desejou uma ótima reunião. Voltando a palavra a Sra. Geovana da Silva da Cunha, informou que o Sr. Luis Gustavo Robetti, Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Itajaí não se fazia presente em virtude de estar participando de treinamento em Curitiba-PR. Sra. Geovana falou que não tínhamos nenhum assunto pendente de outras reuniões e iniciou com os assuntos da pauta onde tínhamos demanda para a RFB. Questionamento sobre a exigência, pela ALF Porto de Itajaí, de Guia de ICMS proporcional para os casos de pedido de admissão Temporária com suspensão parcial de Tributos - Utilização Econômica. Solicita informar o motivo e o fundamento legal da exigência, considerando a premissa de que o desembaraço aduaneiro é o momento do fato gerador do ICMS e não há entrega antecipada da mercadoria. Solicita ainda esclarecer se a RFB tem obrigação de realizar tal controle, visto que a suspensão do regime é concedida por Fiscal Estadual. Sra. Geovana da Silva da Cunha, informou que já foi esclarecido junto à equipe da RFB, que analisa os processos de Regimes Especiais, que a exigência somente deverá ser feita para os casos previstos nas normas vigentes, ou seja, na Nacionalização de mercadorias submetidas ao Regime de Admissão Temporária com Suspensão Parcial de Tributos - Utilização Econômica, bem como na Prorrogação deste regime. Outros assuntos da RFB. Acesso às informações dos processos. Questionamento sobre o atendimento de servidores da RFB. Reporta que recentemente os Despachantes Aduaneiros foram informados que não podem mais ter acesso aos Auditores Fiscais e que devem aguardar qualquer tipo de informação no Siscomex. Relata que esta situação está causando problemas para os Despachantes e para os Importadores. Cita deveres que entende serem inerentes aos Auditores da RF. Solicita que a restrição de acesso seja suspensa. Sra. Geovana da Silva da Cunha, informou que a ALF Porto de Itajaí passa por um momento delicado, pedindo a todos a devida compreensão, e que tenham certeza de que a administração local da RFB está envidando todos os esforços para que os procedimentos se normalizem o quanto antes. Quanto aos atendimentos, informa que os servidores farão os agendamentos para os atendimentos, desde que realmente necessários, não havendo previsão para atendimentos que tenham como objetivo saber a previsão para desembaraço. A tendência, a partir deste mês, com a participação da Unidade em projeto piloto de âmbito nacional, é a diminuição do quantitativo de despachos selecionados

nacionalmente em canal de conferência diferente de verde, o que torna viável o aumento da seleção local, efetuada pela equipe de Análise de Risco, tornando a seleção, desta forma, mais eficiente. Esclarece, contudo, que os despachos selecionados devem apresentar um tempo de análise superior à média apurada nos últimos anos. Últimos assuntos da pauta são para o MAPA: Qual a possibilidade da análise dos requerimentos de embalagem eletrônica ocorrer antes da chegada do navio? Mesmo se o MAPA não liberar a carga antes da atracação, poderia analisar e só liberar após a confirmação de descarregamento. Poderíamos ter nos sites um status de LIBERADO AG. DESCARREGAMENTO e liberar automaticamente após confirmação de descarregamento. Se a carga for selecionada para inspeção, poderíamos protocolar o requerimento para uma segunda análise antes do descarregamento, porém agendamento após o TFA. Sr. Edmardo Raymundo de Souza, respondeu que reconhecemos sim que a proposta é boa, e por falta de total rendimento do sistema teremos que esperar mais um tempo para essa implantação. Último assunto do MAPA Dispensa da apresentação do Requerimento de Vistoria de Embalagens de Madeiras, nos recintos. Gostaríamos de solicitar que não mais seja necessária a apresentação da via do Requerimento de Vistoria de Embalagens de Madeira nos Recintos, visto que a liberação do container pode ser feita pelo próprio MAPA no sistema e consultada pelo recinto. Sr. Edmardo Raymundo de Souza, informou que a idéia é boa e deverá ser analisada, mas não podemos confiar nas análises de riscos de pragas, tememos por alguns países. Passada a palavra ao Sr. Marcos Fernando da Anvisa, este falou que a unidade de Itajaí desde a última semana de julho vem enfrentando problemas com o sistema de protocolo, que se agravaram no início de setembro, impedindo protocolo e a análise dos processos de importação e conseqüentemente causando o atraso que se observa atualmente. Passada a palavra para o representante do Banco do Brasil, Sr. Paulo Ricardo M. Fraga, onde este informou que o Gerenciador Financeiro do Banco do Brasil estará preparado para aceitar documentos digitalizados com até 800Kb a partir do próximo dia 22/10, em vez dos 400Kb atuais, o que facilitará o encaminhamento dos processos de licenciamento de importação e certificados de origem, dentre outros. A partir do próximo dia 22/10 o Banco do Brasil também aceitará o pagamento das tarifas de análise dos diversos processos de comércio exterior através de boleto eletrônico. Tal processo implicará em algumas modificações na forma de encaminhamento dos processos, que serão informadas ao longo dos próximos dias. Também informou que os prazos de análises dos processos de comércio exterior se mantiveram em D+1 no mês de setembro e na primeira quinzena de outubro, mesmo tratando-se de período de greve da categoria bancária, por conta das negociações referentes ao Dissídio Coletivo. Passada a palavra para representante da Secretaria da Fazenda do Estado, Sr. Carlos Antonio Quaresma, este se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos em relação ao ICMS. Passando aos avisos finais Sra Geovana da Silva da Cunha, consultou os componentes da mesa sobre a alteração da data da 62ª reunião, o que foi acatado pelos membros, sendo fixada a data de 12 de novembro de 2014 para a realização da 62ª reunião, no auditório do Recinto Porto em Itajaí. Agradeceu ao Recinto PolyTerminais pela hospitalidade e por ter oferecido o coffee-break. Não tendo mais nada a tratar, a Sra. Geovana da Silva da Cunha finalizou a reunião. Eu, Cristiane de Lourdes Carneiro de Souza, lavrei a presente Ata.